

Estados falidos poderão ter moratória de 90 dias

* 9 JUL 1996

JORNAL DE BRASÍLIA

O governo federal poderá conceder uma moratória de 90 dias para desafogar os Estados à beira da falência e ao final deste período apresentar uma proposta definitiva do Executivo para resolver o problema do endividamento. Técnicos da área econômica deixaram claro que a medida atingirá apenas quem compromete pelo menos 20% da receita líquida com o pagamento das dívidas. A relação inclui o Mato Grosso, que deve dois meses de salários atrasados aos servidores estaduais, e R\$ 2,2 bilhões à União.

Com 46% da arrecadação do Estado comprometida com os pagamentos ao Tesouro e instituições financeiras federais, o governador mato-grossense, Dante de Oliveira (PDT), desembarcou ontem em Brasília decidido a cobrar um programa de ajuste fiscal para os Estados e Municípios endividados. Seus antecessores no cargo pagaram à União o equivalente a R\$ 430 milhões entre 1988 e 1994. Nos 17 meses de governo, Dante já pagou R\$ 322 milhões e não se conforma: "Mais do que sangria, isto é barbárie fineira que está inviabilizando meu governo".

Impagável - A decisão do governador foi tomada depois de os técnicos do Banco Mundial, que passaram uma semana examinando em detalhes o programa de estabilização do Mato Grosso, declararam sua dívida "impagável". Os R\$ 322 milhões da dívida já paga ao governo equivalem a oito folhas de salário do funcionalismo estadual. "Estou modernizando, privatizando o banco estadual e a companhia de eletricidade, enxugando e extinguindo três empresas e não consigo sequer pôr os salários em dia", reclamou Dante de Oliveira.

Quando assumiu o governo, os 57 mil servidores estaduais consumiam 91% da receita líquida do Estado. Atualmente o funcionalismo estadual, incluindo aí os três Poderes, soma 46 mil trabalhadores e a folha de salários corresponde a 76% da receita. "O diabo é que, desde abril, eu estou governando só com o que o Estado arrecada", protestou Dante. Os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) nem saem dos cofres da União, pois são retidos pelo Banco do Brasil para pagamento da dívida.

Dante de Oliveira tenta renegociar

A única solução é, segundo Dante de Oliveira, a reestruturação das dívidas dos estados, mas o Governo só apresenta soluções emergenciais, baseadas em empréstimos: "Mais um empréstimo pra mim não serve. Empréstimo não é ajuda, é sentença de morte".

Além disso, ele disse que o Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal estão sendo prejudicados pelo sistema provisório de distribuição dos recursos do Fundo de Participação, que privilegiou alguns estados do Norte e Nordeste. "Existe uma violência contra o nosso Estado", disse. Segundo ele, desde a Constituição de 88, a distribuição dos recursos do Fundo deveria ser reformulada com base no censo, o que aumentaria o volume de recursos para os Estados do Centro-Oeste.

"Tenho convivido com um déficit mensal em torno dos R\$ 11 milhões", admitiu Oliveira. Mesmo assim, ainda está longe do desespero do governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), que ameaça renunciar se a ajuda federal não for rápida.